

IMAGENS DE UM BAIRRO AFAMADO: RIO GRANDE/RS (1945-1975)*

Carlos Alberto de Oliveira**

RESUMO: percorre-se a Vila do Cedro, bairro que acolheu um número significativo de estivadores e demais trabalhadores da zona portuária, discutindo a formação desse território peculiar da cidade, explorando a constituição das relações de vizinhança e as diferentes práticas sociais e formas de sociabilidade que articulavam os modos culturais de viver desses trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Grande/RS, estivadores, Vila do Cedro

IMAGES OF AN INFAMOUS SUBURB: RIO GRANDE, RS (1945-1975)

ABSTRACT: We move around *Vila do Cedro*, a suburb which has housed a meaningful number of longshoremen and other workers that work in the port area. Along the way, we discuss how this peculiar area was formed and analyze how relationships among neighbors were constituted and how social bonds articulated these workers' cultural ways of life.

KEY WORDS: Rio Grande, RS; estivadores; *Vila do Cedro*

A Vila dos Cedros, ou Bairro Getúlio Vargas abriga, no momento, uma população de aproximadamente, 25 mil pessoas¹, a maioria constituída de operários das indústrias, portuários, funcionários públicos municipais, comerciários, inclusive aposentados de vários institutos. O resultado de seu crescimento desordenado, resultado de uma distribuição totalmente irregular de lotes com dimensões exiguas e sem atender as condições mínimas de alinhamento das ruas, sem os recursos da rede d'água e esgotos e vias de acesso em condições precaríssimas, é a Vila ou – como queiram denominá-la oficialmente – o Bairro Getúlio Vargas um problema social de extrema complexidade.²

No início do século XX, inicia-se na cidade portuária do Rio Grande, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, a execução de grandes projetos que visavam melhoramentos da Barra,³ e a construção do Porto Novo.⁴ Com a conclusão destas obras, uma considerável área, antes formada conjunto de ilhotas, destacando-se a Ilha do Ladino, coberta de vegetação rasteira, local onde se praticava a agricultura. Os terrenos que “surgem” atrás do

* O texto é adaptado do capítulo IV da Tese de Doutorado em História Social, intitulada “QUEM É DO MAR NÃO ENJOA: MEMÓRIA E EXPERIÊNCIAS DE ESTIVADORES DO RIO GRANDE/RS (1945-1993)”, defendida em junho de 2000, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, sob a orientação da Prof^a Dr^a Heloísa de Faria Cruz e contou com o suporte financeiro da CAPES/DS.

** Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus/BA). Doutor em História Social (PUC/SP).

¹ Censo de 1960: 100 mil habitantes, sendo 82 mil na Zona Urbana.

² Jornal “Rio Grande”, Rio Grande/RS, 1º.12.1963, capa (Edição Comemorativa dos 50 anos do Jornal “Rio Grande”).

³ Cf. NEVES, Hugo Alberto Pereira. “O Porto do Rio Grande no período de 1890-1930”. Revista do Departamento de Biblioteconomia e História – v.2, n.1. Rio Grande: FURG, 1980, p. 84.

⁴ Sugestiva discussão é apresentada por ANA CRISTINA VILLAÇA. “Notas sobre as atividades portuárias e sua influência no espaço urbano”. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro. ANAIS do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/POURB, 1996. 2 v; il. 27 cm, pp. 1039-1042.

cais, foram vendidos em parte pela Companhia Francesa, autorizada pelo Governo Federal.⁵ Neste período, as modificações produzidas pelo crescimento da economia da região e particularmente do município, e também em decorrência na melhoria da Barra e obras no Porto, a cidade experimenta um surto modernizador, cuja representação simbólica são os gigantescos guindastes, utilizados nestas obras, vindos da França, os *Titans*.⁶

Entre 1920 e 1950, estabeleceu-se um importante fluxo migratório para Rio Grande. Estas pessoas se deslocavam com a expectativa de obterem emprego com a construção do Novo Porto e o advento da industrialização. A concentração desta população de baixa renda e pouca instrução, favoreceu a formação de um núcleo de sub-habitações.

Solismar Martins sinaliza que o marco inicial quanto à construção de moradias no Terrapleno Oeste, foram as “casas pretas”. Os primeiros moradores do Terrapleno Oeste, além dos que residiam nas “casas pretas” – habitações destinadas aos operários especializados e mestres de obras da Companhia Francesa⁷ -, teriam construído seus casebres em uma área que estava disponível. Sem condições de habitar em outras áreas da cidade, procuravam fixar-se neste local, pois ali estavam mais próximos do centro e do trabalho. Outro motivo para a escolha do local por estes migrantes, vincula-se à existência de parentes e amigos já estabelecidos na região, que os acolheram, quando vieram em busca de emprego nas indústrias de Rio Grande.⁸

(...) ali foi o seguinte... aqueles terrenos ali foram... ocupados sem ordem de autoridade nenhuma... chegou o primeiro ali e fez uma casa e outro fez e a turma foi fazendo. E foram invadindo... e cada um pegou um terreno... e foram fazendo... que depois ficou uma cidade praticamente... E... sabes como é... começam a fazer casa. Fazem dez, quinze... vinte casas... chega um e diz "olha... vou botar um boteco aí..." Boteco prá vender bebida, no caso... é a primeira coisa que eles fazem. Aí começou a surgir... Bar, jogo de bilhar... e venda... prá vender secos e molhados... e assim foi...⁹

A localização entre o “Centro” da Cidade e o Cais do Porto Novo, tornou a Vila do Cedro estratégica, constituindo-se na única alternativa para o estabelecimento de inúmeras famílias despossuídas de recursos materiais.¹⁰ Para Arlindo Schimidt, morador há mais de 50

⁵ Cf. NEVES, Hugo Alberto Pereira. Op. cit., p. 80.

⁶ CANTO DA ROSA, Luciane. “Imagens e experiências da pobreza e do trabalho na cidade de Rio Grande na era dos Titãs”. Boletim de Pesquisa nº 7. São Paulo: EDUC, 1997, pp. 59-66.

⁷ Cf. MARTINS, Solismar Fraga. A visão dos moradores sobre o planejamento urbano: um estudo do Bairro Santa Tereza – Rio Grande/RS. Rio Grande: FURG, 1997 (Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental), p. 28.

⁸ Idem. pp. 92 e 94.

⁹ Depoimento de César dos Santos.

¹⁰ Possibilitando-nos compreender a exata dimensão das vantagens que estes trabalhadores sentiam ao residirem

anos no local e atual Presidente da Sociedade Amigos do Bairro Getúlio Vargas, o surgimento do bairro está intimamente ligado às atividades portuárias, e à Companhia Swift. Como não havia mão-de-obra suficiente para trabalhar na Swift, esta buscava na Região da Campanha Gaúcha, especialmente na cidade de Bagé, pessoas acostumadas com a lida campeira e o abate de gado. Para Schmidt, aqueles que vieram antes, retornavam para estes lugares e diziam, com um certo tom de exagero, “*pô aquilo lá é uma riqueza... tem trabalho adoidado... vamos prá lá...*”¹¹

Durante a Administração do Prefeito Roque Aita Jr., no começo da década de 1940, observa-se uma preocupação acentuada com a “*demolição dos casebres construídos clandestinamente no Terrapleno do Novo Pôrto*”.¹² No final de 1941, haverá intensa troca de correspondência entre o Prefeito e a Diretoria de Obras e Viação (DOV). Neste período, o responsável pela DOV, apresenta relação de moradores que “*residem em casas de madeira, sem prévio consentimento desta municipalidade, construídas na área fronteira ao Novo Pôrto, e que foram intimados a demolir as referidas casas*”.¹³

Nesta ocasião, é enfatizado o fato de se tratar de “*gente paupérrima*”, sem recursos para obterem outro meio de habitação, dificuldade esta que “*cresce à vista da grande falta de casas que se verifica na cidade, muito principalmente para a classe operária*”. Por fim, é sugerida a concessão de outra área de terreno devoluto, de propriedade do Poder Público, na qual “*possam êsses desprovidos da sorte transportarem o teto que lhes serve de agasalho*”.¹⁴

Em despacho a este mesmo ofício, o Prefeito solicita que a DOV indique a área, sendo que “*dando cumprimento ao que pede V. Exa. no despacho supra, vimos dizer a V. Exa. que a área mais indicada é a denominada “Vila Verde” na parte sudoeste da cidade*”.¹⁵

próximos ao ambiente de trabalho, nas imediações do Porto. Analisando-se seus históricos, num universo de 991 associados pesquisados, 415, residiam no outrora “Terrapleno Oeste”, ou “Terrapleno do Porto Novo”, constituído pela Vila do Cedro (BGV), onde residiam 337 estivadores; pela Vila Verde (Santa Tereza), residindo 62 estivadores; além das Avenidas Pedro II e Honório Bicalho, com 16 estivadores.

¹¹ Depoimento de Arlindo Schmidt.

¹² Cf. Despacho de 28.04.1942. Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande. (Pasta 1129 – “Construção de Casas do Cedro”)

¹³ Cf. Of. 365/41, que apresenta uma relação contendo 95 pessoas autuadas no Terrapleno Oeste, como infratoras do Código de Edificação do Município. Apesar de não constar a ocupação destas pessoas, cotejando com o fichário do SERG, identificou-se 12 estivadores. Arquivo Municipal do Rio Grande. (Pasta 1129 – “Construção de Casas do Cedro”)

¹⁴ Idem.

¹⁵ Cf. Informação n.º 1831, de 31 de dezembro de 1941.

Em junho de 1945, foram fixadas, pelo Decreto 324/45, zonas de permissão para construção de habitações econômicas de madeira, sempre periféricas ao centro urbano.¹⁶

A assinatura do Decreto 324/45 adquire importância na medida em que não apenas oficializa a mudança da postura da municipalidade diante do crônico problema de habitação, como também marca o início de uma ocupação mais sistemática da Vila do Cedro, “... *uns fizeram uma casa e outros já vieram e fizeram e depois se estendeu... a Santa Tereza já não comportava mais, então veio prá cá para o Bairro Getúlio Vargas, que foi o segundo*”.¹⁷

Esta área, porém, teve sua ocupação reconhecida somente em 1948, com exceção das áreas destinadas aos serviços portuários. Foi aprovado, nesta época, o projeto de urbanização da zona sudeste da cidade, através da Lei 46/48, de 05.04.1948, quando as terras que pertenciam à jurisdição do Porto foram incorporadas, apesar de já ocupadas por moradores do Cedro.¹⁸

Em 1950 a Companhia Swift juntamente com o Porto Novo representavam a maior fonte de empregos existentes em Rio Grande. É neste momento que a Prefeitura busca regularizar a ocupação dos terrenos das imediações que pertenciam ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC),¹⁹ como forma de garantir a disponibilidade de mão-de-obra próxima ao local de trabalho.

QUADRO 1: RELAÇÃO DE CHEFES DE FAMÍLIA POR OCUPAÇÃO MORADORES DA VILA DO CEDRO (1948)

PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS	NÚMEROS RELATIVOS
Trabalhadores do Porto	644	31,1 %
Estivadores	145	7,0 %
Empregados da Cia. Swift	138	6,7 %
Empregados em diversas fábricas	434	21 %
Serviços Municipais	21	1,0 %
Praças da Brigada Militar	35	1,7 %
Empregadas Domésticas	186	9,0 %
Choferes de Praça	9	0,4 %
Marítimos e Emp. Navais	13	0,6 %
Comerciantes do local	96	4,6 %
Sem emprego fixo	344	16,7 %
Ferrovários	5	0,2 %
TOTAL	2.070	100 %

¹⁶ Cf. SALVATORI, Elena et. al. "Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande". Revista Brasileira de Geografia/Fundação IBGE - n. 1, v. 51. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 33

¹⁷ Depoimento de Arlindo Schimidt.

¹⁸ Cf. SALVATORI, Elena et al. Op. cit., pp. 33-48.

¹⁹ Cf. Lei 139/50 que “*autoriza a aquisição de uma área de terreno pertencente ao acêrvo do Pôrto de Rio Grande, situado no Terraplano Oeste do Nôvo Pôrto*”.

FONTE: Pasta 1116 do Arquivo da PMRG.²⁰

Observando-se os dados contidos no Relatório apresentado pelo Prefeito Municipal de Rio Grande, em 1948, constata-se que uma grande parcela dos moradores da Vila do Cedro, trabalha na zona portuária, *“isto é, nos locais de serviços que estão situados na parte da cidade que fica entre a rua Barrozo e o extremo Oeste da Península”*. Justificando a necessidade de se proceder à urbanização do local, a Prefeitura Municipal entende que *“esta gente se radique, em habitações decentes, nesta zona devidamente urbanizada, mesmo porque a cidade não dispõe de outra área em que possa situa-la, a menos que se pense em fazê-lo a uma distancia de 7 quilômetros, isto é, nas proximidades da base da Península urbana, o que seria um contrasenso.”*²¹

Nos relatórios da Prefeitura Municipal, aparecem ações desenvolvidas no sentido de atenuar os problemas relacionados à falta de habitações em Rio Grande. Para a municipalidade *“assegurar um teto decente para o ser humano é contribuir com um lar ordeiro para a sociedade.”* Neste contexto, *“a área do Terraplano Oeste do Novo Porto, onde se acham as chamadas Vilas Santa Tereza e Cedro ainda não se libertou das condições enlaiantes que até hoje tem impedido que sejam tomadas medidas capazes de resolver o problema de malócas nela existentes.”*²²

Conforme o Dossiê “Casas do Cedro” da Divisão de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Rio Grande, era comum encontrar casas no cedro feitas de tábuas de caixão, cobertas de capim e latas usadas, como a do operário Levino Faustino Correa, que residia com a mulher e cinco filhos.²³

Não há milímetro de exagero nesta assertiva, bastando contemplar os casebres existentes no Terraplano Oeste do Novo Porto para comprova-lo. (...) Pessoalmente, verificamos diversos casos de casais com dois ou até cinco filhos viverem em duas e até uma única peça. (...) De tais clamorosas deficiências em que o ser humano passa á condição da animalidade instintiva decorrem em bôa parte, problemas sociais como a tuberculose, a mortalidade infantil e a perversão moral. (...) É preciso combater estes males em sua origem. (...) Parece que não será com ambientes viciados, sem ar e sem luz, com locais acanhados onde a promiscuidade campeia e

²⁰ Conforme levantamento feito em Outubro do ano em relato, pelo Sr. Vereador Napoleão de Azevedo, existiam nas Vilas em questão 2.070 casas com 7.855 habitantes.

²¹ RIO GRANDE. Relatório da Prefeitura Municipal. 1948.

É inegável o aumento significativo da população do Cedro. Neste Relatório, quando se discute o serviço de bonde para o Porto, o aumento em cerca de 6000 pessoas para o Cedro, é apontado como fator para diminuição no número de passageiros nestas linhas.

²² RIO GRANDE. Op. cit.

²³ Cf. Dossier “Casas do Cedro”, da Divisão de Assistência Social da Prefeitura Municipal do Rio Grande, 18.03.1945. Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande. (Pasta 1129 – “Construção de Casas do Cedro”)

a perversão se provoca, que se hão de diminuir therapeuticamente os índices alarmantes daqueles males em nossa cidade. (...) ²⁴

Para as autoridades municipais, tais problemas resultavam na degradação física e moral, bem como na falta de educação dos trabalhadores pobres. Isto propiciava que tais segmentos fossem vistos com “gente perigosa”. Na construção destes estigmas, recuperam o discurso dos higienistas do começo do século. ²⁵

As más condições de habitação e segurança eram compensadas pela economia de tempo e de dinheiro, visto que esses moradores podiam chegar com maior facilidade aos locais de trabalho. Face aos problemas de habitação, como o alto custo dos aluguéis, os recém chegados a Rio Grande, evitavam os hotéis, e procuravam as pensões “*que eram ali na Riachuelo... aonde veio o meu sogro para cá e veio muita gente de Bagé e redondezas prá cá...*” Chegavam de trem e desciam na Estação da Marítima, onde “*já tinha gente esperando eles...*”, elas acabaram por se instalarem no Cedro, “*e aí começaram a fazer casinha aqui no Bairro e foi indo, foi indo...*”²⁶

Em seu Relatório de 1957, a Divisão de Portos e Canais de Rio Grande, do D.E.P.R.C. manifesta a importância do aterramento de área contínua ao Cais de Saneamento, *no qual* prevê-se além do saneamento de grande extensão da Zona Norte da cidade, o “ganho de mar”, na forma de acrescidos de Marinha, de uma grande faixa de terra, que se destinarão: [entre outras atividades] “*(...) zonas residenciais, que logicamente possibilitem a diminuição da densidade demográfica dos bairros pobres (principalmente a Vila dos Cedros)*”.²⁷

Os estivadores riograndinos, em função de sua origem e meio social, tornam-se sujeitos atuantes no espaço urbano da cidade e, por isto mesmo, deixam marcas indeléveis na formação da identidade da cidade portuária de Rio Grande, estabelecendo múltiplas relações e forjando seus territórios, seus espaços de vivência e de sociabilidade.

²⁴ Cf. Relatório de 1948.

²⁵ Margarida Neves, dialogando com cronistas que “percorrem” o Rio de Janeiro do início deste século XX, nos permite lembrar situações semelhantes, pois os moradores do Cedro também ocupam “*vielhas tortuosas, como quem ocupa trincheiras de importância estratégica inquestionável numa guerra não declarada e desigual. São o tumulto, enfim, porque existem. E por existirem, amedrontam*”. Cf. NEVES, Margarida de Souza. “O Povo na Rua: um ‘Conto de duas cidades’” In: PECHMAN, Robert Moses (org.) Olhares sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, pp. 138.

²⁶ Depoimento de Arlindo Schimidt.

Oportuna discussão, não apenas sobre a questão da moradia, encontramos na obra de E.P. Thompson, ocasião em que problematiza os “padrões e experiências”. Cf. THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: a árvore de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Vol. II, pp. 179-224.

²⁷ RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Divisão de Portos e Canais do Porto do Rio Grande. Porto Alegre, 1957, folhas 77 e 80.

Raquel Rolnik ao contrapor a noção de espaço à noção de território, trará uma contribuição bastante instigante à presente problematização. Para a autora, a noção de território incorpora a idéia de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, podendo existir um espaço independente do sujeito. *“O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território”*.²⁸

O bairro se define subjetivamente, para seu morador, pelo conjunto dos itinerários percorridos a pé, a partir de sua casa, pois a área do bairro é a do pedestre, daquele que percorre suas ruas descalças e maltraçadas, sem um espaço definido para os que pedalam, andam em suas carroças, ou simplesmente se perdem em seus becos estreitos e mal falados, como o “Beco da Lingüiça” (Rua 29). O espaço da Vila do Cedro, apresenta-se enquanto espaço de conhecimento mútuo, de experiências e vivências compartilhadas.

É neste lugar, ao mesmo tempo concreto e carregado de significados, que seus moradores deixam seus vestígios, imprimem suas marcas, manifestam suas emoções, uma vez que o espaço do bairro, se distingue do espaço privado, mas não é fechado a ele; pelo contrário, forma a seu redor uma espécie de zona protetora. A convivência entre seus moradores, irá possibilitar que o bairro permaneça como um lugar aberto, de domínio público, onde a privacidade de seus moradores, encontre aí um prolongamento, *“um eco, um apoio, e às vezes também uma crítica. O bairro ou a vila organizavam uma transição complexa entre o público e o privado”*.²⁹

No contexto da presente tematização, procura-se mergulhar neste universo, tentando decifrar o que só a aventura pessoal pode desvendar.³⁰ E isto se torna possível, quando se vislumbra a busca, sem preconceitos, de uma cartografia simbólica da cidade dos estivedores. Percebendo que sua cultura, seus hábitos, seus ritmos que, não se encontram nos padrões da “boa sociedade”, uma vez que habitam e convivem nos becos estreitos e mal iluminados do Cedro, configurando-se em malocas.

²⁸ ROLNIK, Raquel. "História Urbana: História na Cidade?" In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (orgs.) Cidade & História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: FAU/UFBA, 1992, p. 28.

²⁹ PROST, Antoine. "Transições e interferências" In: PROST, Antoine e VICENT, Gérard (org.). História da vida privada - 5 : da Primeira Guerra aos nossos dias. SP: Cia. das Letras, 1992, p. 121.

³⁰ Cf. NEVES, Margarida de Souza. “O Povo na Rua: um ‘Conto de duas cidades’” In: PECHMAN, Robert Moses (org.) Olhares sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, pp. 135-155.

Roncayolo nos fala da noção de cidade que se forma a partir da noção de cultura, entendida como um conjunto de comportamentos e atitudes. Mais do que isto, para ele, na descrição da cultura urbana estariam presentes ambiente, modo de vida e comportamentos.³¹

Descortinar a Vila do Cedro, significa aventurar-se pela cidade dos estivadores, escondida, mal falada e por vezes esquecida. Cidade que surge da rápida concentração de operários que não podiam pagar o aluguel de uma casa e muito menos possuíam meios de adquiri-la, obrigando-os a construir seus casebres em áreas desocupadas da cidade. A Vila do Cedro, cidade dos “Homens do Porto”, sempre ficou à margem da “laboriosa” Cidade de Rio Grande, de tão decantado progresso e desenvolvimento da “Cidade das Chaminés”. Afinal, como sinaliza Moses Pechman, *Numa cidade, várias cidadelas*.³²

Aspecto importante neste contexto, vincula-se intimamente ao fato de que vivendo perto do local de trabalho, os estivadores, descrevem uma trajetória e um ritmo de trabalho irregulares, o que lhes permitia ir e vir de casa para o Porto mais de uma vez ao dia. Possibilitando, dessa maneira, um maior contato com sua família, além de tudo o que a rua oferece, especialmente uma maior interação com os vizinhos.³³

Neste universo de vivências compartilhadas, a relação entre seus moradores durante seus deslocamentos casa-porto, merecem ser destacados; percorrendo suas ruelas, constituem-se no seu verdadeiro redescobrir diário da cidade, da sua cidade. O espaço físico se definia por redes de relações solidárias e identitárias: vizinhança, parentesco, companheiros de trabalho. A dissociação entre o trabalho e a vida doméstica na cidade impõe necessariamente deslocamentos diários. Sair de casa, sair pelo bairro é se expor a encontros, sem saber exatamente quem vai se encontrar. O próprio percurso tem um sentido para o outro, para aquele que o encontra. Ele sabe, ou pelo menos desconfia, se a pessoa está fazendo suas obrigações na rua, se está indo buscar os filhos na escola, se está voltando do trabalho, se está indo “jogar osso”, ou tomar cachaça e jogar snooker no “Bar do Nadir”.³⁴

³¹ Cf. RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 8. Região. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1986, p. 422.

³² PECHMAN, Robert Moses (org.) Olhares sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 2.

³³ Neste particular, é bastante oportuna a discussão apresentada por SILVA, Fernando Teixeira da. A Carga e a Culpa - Os Operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968). São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS, 1995.

³⁴ Cf. depoimento de Nadir Alves de Oliveira.

Esta questão nos remete a De Certeau, em suas “caminhadas pela cidade”, ocasião em que tematiza as práticas urbanas. Cf. DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

Neste cenário, assumem significativa importância as relações de sociabilidades estabelecidas entre os moradores. É inegável que todos encontravam-se em situações semelhantes. Cada morador do bairro auferia certo proveito dessa vizinhança, uma vez que recebe pequenas gratificações dos outros: sorrisos, saudações, cumprimentos, troca de palavras que dão a sensação de existir, de ser conhecido, reconhecido, apreciado, estimado³⁵.

A questão dos trajetos assume importância significativa. Homens pedalando juntos, pelos trilhos “*Eram dois ou três de bicicletas. Iam pelos trilhos... claro que quando se formou o núcleo que foi o Bairro Getúlio Vargas, o relacionamento era bom era tão gostoso*”.³⁶ No horário em que se dirigem ao serviço, eram frequentes os deslocamentos de muitos estivadores juntos. Os diálogos, invariavelmente versavam sobre o trabalho, ou algum outro assunto, como o futebol, por exemplo.

(...) se encontravam muito, porque muitos estivadores moravam aqui no Bairro Getúlio Vargas né... Então era comum de eles irem juntos, se encontrar e ir conversando, já tinham aquele hábito. “Oh! daqui um pouquinho o fulano vai passar e eu já saio junto com ele, vou conversando.” Colegas de escala né... costumavam ir juntos prô serviço...³⁷

Outro objeto de comentários e merecedor de um olhar mais atento, são as compras feitas no bairro e o uso da caderneta, justificado pela própria sazonalidade do trabalho e por consequência dos ganhos do estivador. Seus espaços de sociabilidade fazem parte de seu cotidiano. Desde então, o Cedro surge como lugar de moradia, de boêmia e de vivência dos estivadores.

Em correspondência destinada à Direção Geral do DEPREC, o então Prefeito Municipal, Cid Scarone Vieira, reconhece a importância destes estabelecimentos, tendo em vista o fato do Cedro ser um local que reunia número expressivo de habitantes, sugere que “*Além das residências, achamos oportuno permitir a localização de pequeno comércio de âmbito local ...*”³⁸

As lembranças da casa, surgem como um flash, cuja luminosidade aos poucos vai se contrapondo ao que estava obscuro na memória. Até mesmo rememorando situação difíceis como as enchentes, as brincadeiras acabam adquirindo significação,

A casa tinha cozinha, e sala e três peças... eram cinco peças ao todo. A cozinha era de chão batido, fogão a lenha. Tinha... era banco, tinha três ou quatro cadeiras e

³⁵ Cf. PROST, Antoine. Op. cit.

³⁶ Depoimento de Arlindo Schimidt.

³⁷ Depoimento de Francionil Alves de Oliveira.

³⁸ Cf. Of. GE/108. Rio Grande, 22 de junho de 1970. (Processo 2396/70)

eram bancos grandes. E numa enchente que eu lembro... a gente tinha que subir prá cima dos bancos e pegava um pauzinho assim com uma linha e fazia que pescava... de tanta água que tinha, foi uma grande enchente que deu em Rio Grande em quarenta e... seis...³⁹

Apesar do discurso e da imagem de Bairro violento,⁴⁰ de lugar infestado de marginais, gente de má índole, os moradores, a partir das vivências cotidianas estabelecidas no relacionamento com os vizinhos e com o próprio bairro, nos permitem relativizar tais imagens.

(...) e naquela época, eu vinha prá casa... de madrugada, meia-noite, uma hora, duas horas... três, quatro horas... eu vinha a pé... e nunca encontrei um cara que me atacasse... passava até por mulheres, naquela época... mulheres que andavam... mulheres da vida... chamavam naquela época... andavam, visse... boiando. A gente não metia a mão, não dava piada... hoje não dá prá tu fazer isso aí...⁴¹

A imagem era de uma favela, com muitas ruas que são verdadeiros becos, ruelas sem nenhum tipo de infra-estrutura. As casas não guardavam distância entre si, o alinhamento das ruas era inexistente. Em alguns becos, até mesmo as carroças não podiam transitar, dificultando a aquisição de alguns produtos por parte de seus moradores. Por ocasião da retirada das casas, que ocorrerá na década de 1970, as dificuldades enfrentadas pelos funcionários do DEPREC que formavam as equipes de remoção, acentuam novamente tais características do local.⁴²

Com seus encontros musicais, a sonoridade do Bairro Getúlio Vargas em muito contribuiu para a existência de espaços de sociabilidade. A música unindo-se aos sons dos navios e da Maria Fumaça, a sirene da fábrica de adubo, assim como o "ruído" do cavaquinho e do tamborim, que alegravam e faziam dançar toda a vizinhança, parecem produzir uma musicalidade polifônica que nos fala sobre os sons do Porto. Até hoje, em muitas ocasiões, como Copa do Mundo, Festas de Final de Ano, isto se mantém.

Dá a impressão que os moradores, os garotos no Cedro era uma coisa mais especial. Pode ver que Escolas de Samba: Cedro... Conjuntos Vocais: Cedro... Carnaval: Cedro... Futebol... o forte sempre foi lá no Cedro. Talvez pela proximidade do Porto, que existia essa facilidade das pessoas... até hoje ainda tem... é completamente diferente o BGV, no caso o Cedro, das outras partes... porque todo o movimento que surge, em matéria de música, de carnaval e de futebol... vem sempre de lá... aqui em Rio Grande é sempre, sempre de lá que acontece estas coisas.⁴³

³⁹ Idem.

⁴⁰ Na análise feita no Jornal "Rio Grande", o Cedro aparece, invariavelmente, como local propício para a realização de uma série de práticas ilícitas.

⁴¹ Depoimento de César dos Santos.

⁴² A questão da remoção das casas da Vila do Cedro, encontra-se neste Capítulo.

⁴³ Depoimento de Nadir Alves de Oliveira. É importante lembrar que o depoente, estivador aposentado, foi dono

A musicalidade do Cedro está presente nas falas. Estas possuem narrativas riquíssimas, descrevendo um ambiente fraterno, com seus momentos de descontração, em que as pessoas, ao voltarem do trabalho, não se dirigem diretamente para suas casas. Os bares, botecos e algumas garagens acabam cumprindo o papel de ante-sala. Aliás, o que se mantém até hoje, compondo um quadro absolutamente inverso daquele pintado, por exemplo, nas páginas dos jornais:

(...) o Bairro mais musical que tem em Rio Grande, é o antigo Cedro, no caso o BGV. (...) Talvez pela proximidade com o Cais do Porto... aqueles navios... os marinheiros vindos do Rio. (...) entravam no Cedro adentro, ali na Vila tocando cavaquinho e pandeiro... nas antigas cantinas do Porto... naqueles bares ali... e dali talvez o Bairro tenha ficado bem musical mesmo, prá aquele estilo de samba. (...) O bairro era muito boêmio... o pessoal gosta de seresta, de serenata... músicas tocadas nos bares...⁴⁴

As batucadas, ou serestas, até altas horas da madrugada, reuniam um número expressivo de jovens boêmios. Tal comportamento, invariavelmente, despertava reclamações por parte da vizinhança, pela própria proximidade entre suas casas. Com tanto barulho, com tanta fanfarra, os vizinhos acabavam comunicando tais rebuliços aos policiais.

Reclamavam muito [risos] Serenatas... a gente entrava três horas, quatro horas, cinco horas... amanhecia [risos] na serenata e muitos vizinhos reclamavam... e quanto à Polícia, na época era um Delegado e três Brigadas que tinha lá... dois, três Brigadas ali... o famoso Piaçum... Então a gente tinha um respeito, porque a gente de longe via... o bater das botinas dos Brigadas e já parava na mesma hora com a música e se mandava. Era um respeito danado nessa época...⁴⁵

Tal musicalidade constituirá um cenário musical que para o músico, vislumbrará no Cedro um ambiente que em muito se assemelha aos dos morros cariocas, sem falar no sotaque que os marinheiros, muitos naturais do Rio de Janeiro, emprestavam ao local

(...) o Cedro tinha algo parecido com aqueles morros do Rio de Janeiro, no caso... o estivador, o portuário, quem trabalhasse na orla portuária... não deu serviço, de repente ia prá um boteco, né... e ali no boteco, quem gostava de música, tinha um violão, um pandeiro... e já começava a fazer uma música ali. Não era como as outras vilas, os outros bairros que não existe isto daí... geralmente, as pessoas saem do serviço... vem prá casa... poucos vão aos botecos. E lá tinha muitos botecos na volta... e cantinas e cabarés... então, ficava ali cantando um música, esperando a hora de chamada no ponto de estiva ou do porto... novamente... não iam em casa, ficavam por ali... almoçavam alguma coisa e ficavam esperando o serviço.⁴⁶

Observa-se, novamente a importância da própria localização geográfica do Bairro, sua proximidade do Porto, território por onde circulam estivadores e portuários. As

de bar no Cedro e é músico.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Depoimento de Nadir Alves de Oliveira.

batucadas, serestas e reuniões musicais, constituíram-se ao longo dos anos, como marcas indelévels do Bairro.

Ah! Tinha o Tio Orlando, que era o pai do Jorge... o Alvinho... também eram as pessoas que vinham de fora... os da cidade gostavam... era o choro, cavaco, pandeiro... e o Tio Orlando tocava aquelas gaitas de 8 baixo... e o Bom Reis tocava gaita apianada... tocava bandoneon... era um xodó... tocavam muito bem. O Natálio, consertador de gaita vinha prá cá e tocavam naquelas tardes... Era uma maravilha... também se usava uma galena... que naquela época não tinha luz... era uma pedra com uma resistência e naquela pedra com dois fones, que a gente botava no ouvido e localizava um Estação, que só tinha a Riograndina mesmo... então a gente escutava... tinha uma antena grande... e os gramofones... quem tinha gramofone era Rico...⁴⁷

São características que o Bairro conseguiu manter com o tempo. Mais do que isto, torna-se impossível dissociar o BGV de sua musicalidade, pois *“sempre tem, e olha que eu já sou da velha guarda e pode ir lá que tem sempre garotos de quinze, dezesseis anos tocando cavaquinho e violão de novo.”*⁴⁸

Então, aquilo ali... nós, que era guri pequeno já nos criamos vendo os mais velhos tocarem violão, cavaquinho... e os marinheiros mesmo que desciam dos navios que vinham para as cantinas tocar e fazer o pagode deles... e eu acho que isto aí marcou muito né... daí é que veio o negócio de gostar de cavaquinho, de violão e de pandeiro... aí juntava aquela patotinha de gurizada nova... dez, doze, catorze anos... e começava a fazer o chorinho, o sambinha, a seresta ali na volta... dali... e uns vão passando pros outros... e o Cedro até hoje (...)⁴⁹

O período que se seguiu ao fechamento da Companhia Swift, caiu como uma tragédia para a cidade do Rio Grande. Diante de um quadro formado pelo o desemprego e o aumento de práticas ilícitas (jogatinas, prostituição, tráfico de drogas), a imprensa, durante a década de 1960, atuará de forma incisiva denunciando este contexto trágico. Algumas situações, como as jogatinas, aparecem em suas páginas, como na ocasião em que *“de posse de uma denúncia uma canoa de policiais varejou ontem à noite, uma cancha de osso, localizada na rua 29, na vila dos Cedros, casa 54. O responsável pela jogatina foi detido. Trata-se de Wolmi Gaske de Oliveira”*.⁵⁰

Nos bares, locais de confraternização, descanso e de intensa sociabilidade, para a imprensa, a violência atingia limites extremos, como fica evidente na reportagem em que é apresentado um ambiente hostil, onde a violência integra quase que normalmente o cotidiano das pessoas, intitulada **“HOMICÍDIO NA VILA DOS CEDROS: HOMEM MORTO A**

⁴⁷ Depoimento de Arlindo Schimidt.

⁴⁸ Depoimento de Nadir Alves de Oliveira.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ **“VAREJADA UMA CANCHA DE OSSO”**. Jornal “Rio Grande”, Rio Grande, 21.05.1960. (Plantão Policial)

SÔCOS”, reportagem descreve um crime de morte que ocorre no Bar do Filinho, localizado na Rua 2.⁵¹

A vítima, Saul Campello Pereira, após provocar Delcy Salcedo, fora vitimado por um forte soco. Em seu depoimento, Delcy afirma que Saul “ *entrara no bar em atitude provocadora, dizendo entre outras coisas, que Delcy era "gaúcho frio", que "não era de nada" sempre demonstrando um linguajar típico do carioca ou nortista.*” Segundo a reportagem, Delcy encontrava-se bebendo na companhia de duas mulheres e teria sido provocado por Saul.⁵²

O episódio, apesar do inusitado, homem morto a socos, observando a imprensa neste período, tal tipo de situação é rara. Os desentendimentos em bares, provocados por cenas de ciúmes, assim como pela “disputa” por mulheres, aconteciam de forma, até mesmo freqüente, neste e em outros bairros da cidade.

Moradores insatisfeitos, face a disposição muito próxima das construções, reclamavam da fanfarra durante a noite, que dava a impressão que ninguém trabalhava, dando ares de favela. *"Moradores da Vila dos Cedros trouxeram seu protesto a esta redação por causa da redução do policiamento. Adiantam que se antes já era difícil a tranquilidade noturna naquela vila agora a situação piorou e muito, pois os maus elementos sabendo da precariedade do organismo policial se lançam a praticar terríveis badernas que se prolongam até altas horas da madrugada."*⁵³

Nas demais reportagens, o estereótipo de bairro violento, é acentuado. Merecem destaques, notícias ligadas aos desentendimentos e brigas de casais. Muitas delas chegando, pelo menos na aparência, a tentativas de suicídio como na reportagem “POR ENVENENAMENTO”, ocasião em que Vanilda da Costa Bastos (Rua 17) tenta matar seu marido Alício Silveira Bastos pelo motivo do mesmo espancá-la constantemente há cerca de 14 anos, sendo que em várias ocasiões teria a ameaçado de morte, inclusive utilizando-se de uma arma. Entretanto, o real motivo para a tentativa de envenenamento fora o envolvimento de seu marido com “várias amantes”. A descrição a seguir adquire os contornos de dramalhão mexicano, mesmo assim, nos fornece subsídios para invadirmos o cotidiano dos moradores do Cedro:

⁵¹ Analisando o contexto, briga com morte, e a presença de mulheres, não é difícil inferir que o bar situava-se nas proximidades do Porto Novo.

⁵² Jornal “Rio Grande”, Rio Grande/RS, 31.05.1960, p. 5.

⁵³ Jornal “Rio Grande”, Rio Grande/RS, 09.05.1960. (Corujando)

A tentativa de homicídio foi praticada pela colocação de veneno na comida. De acôrdo com o que chegou ao conhecimento da polícia, Vanilda da Costa Bastos colocou uma dose de formicida “Tatuzinho” em mistura com uma salada de frutas que seu marido, Alício Silveira Bastos, iria comer. O marido, porém, provou a salada de frutas, sentiu o gôsto desagradável e a rejeitou. Entretanto, o formicida é forte mesmo, e logo provocou distúrbios gástricos, convulsões que fizeram Alício procurar socorro médico. O tratamento deu certo, Alício salvou-se, e, logo, foi apresentar queixa à polícia, na sub-delegacia do bairro G. Vargas. (...) A autora da tentativa de homicídio nada negou.⁵⁴

Algumas situações eram extremas, como a que nos informa a reportagem intitulada “DISCUSSÃO ENTRE VIZINHOS DEGENEROU EM HOMICÍDIO”, ocasião em que torna-se visível o desentendimento entre dois vizinhos, sendo um destes estivador. A discussão, a briga e a morte tiveram como motivo as travessuras de um menor. “*Idalino Salles Pontes, solteiro, com 26 anos de idade, aposentado pelo IAPM, residente à rua 19, n. 141 (bairro Getulio Vargas) é o assassino de Francisco Olis de Medeiros,⁵⁵ estivador, com 52 anos de idade, residente à rua 6, no mesmo bairro.*”

Poucas categorias aparecem tão bem adjetivadas na imprensa, o quanto os estivadores. Na verdade, esta reportagem reflete na construção do estigma que é criado na sociedade, com relação aos estivadores. Os motivos, invariavelmente são fúteis, mas novamente fica evidente que o importante não seria o episódio em si, mas como explorá-lo jornalisticamente,⁵⁶ no caso “*Ambos teriam discutido, como se disse acima, em tórno das travessuras de um menor e, Francisco Olis Medeiros, retirando-se para sua casa, ameaçou a Idalino com uma pedra.*” Na seqüência da reportagem, Idalino arma-se,

(...) com uma adaga de regulares dimensões e passou a provocar Francisco. Diante da moradia do estivador, Idalino começou a chamá-lo para a rua até que Francisco se dispôs a sair.

Francisco Olis Medeiros, portando um porrete de um metro de comprimento chegou ao meio da rua, onde se encontrava Idalino e desferiu-lhe um golpe na cabeça enquanto êste usava uma adaga para ferir o antagonista por cinco vêzes.⁵⁷

Em sua edição comemorativa de 50 anos, o Jornal “Rio Grande” aborda alguns temas “relevantes” à Comunidade Riograndina. Nesta edição, traz, à luz dos embates cotidianos todo um discurso com relação ao contraste existente entre o Progresso, representado pelas instalações portuárias e a decadência, cuja imagem mais contundente, seria a Vila dos Cedros.

⁵⁴ Jornal “Rio Grande”, Rio Grande/RS, 05.03.1966, p. central.

⁵⁵ Natural de Pelotas/RS, 30.08.1909. Ingressou com sócio do SERG em 15.12.1946, falecendo em 17.02.1962. Cf. Ficha nº 580, pasta nº 29 do Arquivo do SERG.

⁵⁶ Nesta discussão, impõe-se dialogar com os trabalhos de CHALHOUN, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986. e DARNTON, Robert. O beijo da Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁵⁷ Jornal Rio Grande, Rio Grande, 18.08.62, p. 13. (Plantão Policial)

Deste modo, se manifestará afirmando que *“Um dos grandes contrastes de nossos dias é oferecido pela zona próxima ao Pôrto Nôvo, onde a Vila dos Cedros continua a ser um problema apenas amenizado. Contraste de grandeza e miséria entre as instalações portuárias ou industriais e o casario modesto e desalinhado da Vila dos Cedros.”*⁵⁸

Nesta mesma edição, o Jornal *Rio Grande* apresenta reportagem de capa sobre o Bairro Getúlio Vargas. Intitulada “GT ESTUDA PROBLEMA DE UM BAIRRO EM BUSCA DE SOLUÇÃO”. Logo após fotografia aérea tendo o cais do Porto Novo num primeiro plano, a reportagem apresenta

A imagem construída do local, fica muito bem explicitada no fragmento de artigo encontrado na imprensa da capital. Denominado “O MILAGRE DA VILA DO CEDRO”, procura mostrar um quadro caótico instalado no local, em especial que pesava sobre uma *“verdadeira malta de indisciplinados e audaciosos adolescentes”*

*Poucas áreas de problemas sociais agudos poderiam parecer mais difíceis, há alguns anos, do que a Vila do Cedro, na cidade de Rio Grande. Centenas de jovens que ali viviam, nas mais deploráveis condições de pauperismo e abandono, constituíam não apenas um desafio às medidas que pudesse adotar o Juizado de Menores, como um fator de intranqüilidade e insegurança permanentes para a população. (...) Quem quer que haja visitado o local, saberá o que poderia ocorrer numa área de tão considerável população, onde centenas de rapazes se fossem desenvolvendo na prática da delinqüência, sem nenhuma alternativa séria para tomarem um novo caminho. (...) Criaturas que tinham sido, até então, não mais que assaltantes e desordeiros, rapazes para quem todos preveriam não mais uma vida de permanentes entradas e saídas na polícia; inteligências que logo se revelaram capazes de positivo desenvolvimento no sentido de fecundas realizações, mas que, até então, se voltavam ao desrespeito à lei e à afronta à comunidade.*⁵⁹

Em inúmeras “falas oficiais”, a promiscuidade, falta de higiene e a presença de antros de prostituição e difusão de drogas, será acentuada. Por ocasião da remoção das casas da Vila dos Cedros, já em 1971, aparecem referências ao local, como concentrador de verdadeiros antros de prostituição e venda de tóxicos. Em correspondência à Direção Geral do DEPREC, o então Administrador do Porto de Rio Grande, manifesta-se afirmando que as atividades portuárias, sendo de *“alto interêsse nacional, não podemos deixar de considerar o problema da segurança, que, em tudo, recomenda o afastamento de desocupados e viciados, atraídos por tais ‘boites’, para zonas bastantes distantes de nossos entrepostos de inflamáveis e demais instalações”*.⁶⁰

⁵⁸ Jornal “Rio Grande”, Rio Grande/RS, 1º.12.1963, capa (Edição Comemorativa dos 50 anos do Jornal “Rio Grande”).

⁵⁹ Jornal Correio do Povo, s/d.

⁶⁰ A.P.R.G., em 25 de novembro de 1971.

Justificando a necessidade da urbanização do local, em correspondência à Direção Geral do DEPREC, o Prefeito não poupa adjetivos e substantivos, ao se referir à Vila dos Cedros, explicita o interesse em barrar a *“proliferação de malocas como todos os inconvenientes acessórios ou sejam a promiscuidade, a insalubridade, os vícios e a prostituição entre outros, todos fatores propiciatórios à degradação do nosso povo, ao surgimento da revolta social e à aceitação de filosofias políticas alienígenas e tendentes a subverter à ordem*⁶¹, e os princípios e as instituições, solicitamos a cessão do domínio plenos dos terrenos adquiridos e a cessão do domínio útil do terrenos de marinha e acrescidos de marinha assinalados na anexa planta nº 584 do Terrapleno Oeste do Pôrto de Rio Grande.”⁶²

Há também, subjacente ao discurso da adaptação da estrutura portuária, uma nítida vontade de reduzir os danos causados pela presença daquelas malocas, além é claro dos “Antros de prostituição e venda de tóxicos”. A manifestação a seguir, é bastante emblemática, na medida em que representa, sem sombra de dúvidas, o pensamento da “boa sociedade”, uma vez que

*(...) os altos interesses da economia riograndense, não devem ser prejudicados por um número ínfimo de “Boites”, que localizadas na área da Administração Portuária, como invasores favorecem a corrupção de todos de que labutam no Pôrto, prejudicando, desta forma, o bom andamento dos serviços e a formação da índole portuária que tanto se trabalha para elevar, a fim de se conseguir a estabilidade social do meio, em consonância com os objetivos do Governo pós-revolucionário.*⁶³

Este discurso ganha força e aceitação pela sua sintonia com campanhas publicitárias como *“este é um País que vai prá frente...”*, ou *“Brasil, ame-o ou deixe-o...”* Diante disto, as atividades portuárias são vistas como integrantes do *“alto interesse nacional, não podemos deixar de considerar o problema da segurança, que, em tudo, recomenda o afastamento de desocupados e viciados, atraídos por tais “Boites”, para zonas bastantes distantes de nossos entrepostos de inflamáveis e demais instalações.”*⁶⁴

A questão da remoção das casas, tem uma espécie de duplo significado. Se por um lado a remoção significou, numa primeira leitura, o afastamento de um grande número de trabalhadores portuários das cercanias de seu ambiente de trabalho, dissociando as funções de morar com trabalhar. Por outro lado, como se tratavam de ocupações irregulares, a

⁶¹ Grifo meu. Observa-se um discurso totalmente sintonizado com o período. Além do que, Rio Grande foi Área de Segurança, tendo seu Prefeito, Ten. Cel. Cid Scarone Vieira, sido nomeado.

⁶² Cf. Of. GE/108. Rio Grande, 22 de junho de 1970. (Processo 2396/70)

⁶³ Ofício encaminhado pelo Administrador do Porto de Rio Grande, ao Diretor Geral do DEPREC. Rio Grande, 25.11.1971.

transferência/remoção significava a possibilidade de conquista de um terreno próprio, escriturado, etc. Como fica evidente no depoimento de Arlindo Schmidt, ocasião em que ao ser questionado sobre o episódio, depoente afirma que *“Lembro sim... saíam tranquilos... saíam em cima de um triângulo e a casa ia lá em cima... ia lá prá Cidade Nova, ia lá prá Santa Rosa... (...) colocavam uns paus e as casas em cima...”*⁶⁵

Com isto, entre maio de 1971 e março de 1973, portanto em menos de dois anos, foram removidas aproximadamente 1000 casas, incluindo armazéns, bares, cantinas e boates das cercanias do Porto Novo para outros e agora, novos bairros da cidade. Neste período, a Zona Portuária irá se modificar consideravelmente.

Quadro 02: REMOÇÃO DE CASAS (1971-1973)

ETAPA	PERÍODO	CASAS REMOVIDAS
1ª Etapa	1971	86 casas
2ª Etapa	1971	264 casas
3ª Etapa	1972	83 casas
4ª Etapa	1972	172 casas
5ª Etapa	1972/73	359 casas
TOTAL	Maio 71 – março 73	964 casas

FONTE: Biblioteca da SUPRG

Do anúncio das remoções, passando pela mudança, onde casebres de madeira atravessam a cidade, em cima de triângulos puxados por tratores, “Trojan”. Os então moradores experimentam situações bastante tensas e, em alguns casos, constrangedoras. A presença dos funcionários do DEPREC era acompanhada de pânico e pavor, para grande parcela de moradores. Isto em função da entrega da notificação pelos funcionários do DEPREC, dando ciência que em poucos dias, os “invasores” teriam que ser removidos. Conforme notificação entregue aos moradores:⁶⁶

*A Administração do Pôrto de Rio Grande leva ao conhecimento de V.S^a que, existindo interêsse de parte do D.E.P.R.C. em ocupar áreas disponíveis, pertencentes ao Acêrvo Portuário, a fim de ampliar sua capacidade de armazenagem, bem como efetuar a abertura de ruas que possibilitem fácil acesso às instalações, e, estando o seu imóvel localizado em terreno de concessão portuária, vem, por intermédio desta, notificar a V.S^a para desocupar a área utilizada, de vez que as remoções serão iniciadas de imediato, em prosseguimento aos trabalhos que vêm sendo realizados.*⁶⁷

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Depoimento de Arlindo Schmidt.

⁶⁶ Ao receber a notificação, o morador/invasor assinava, comprovando que estava ciente da remoção.

⁶⁷ Cf. Notificação entregue aos moradores/invasores de casas.

Ao ser indagado sobre o fato de muitas destas pessoas morarem no local há muitos anos e que muitos destes eram estivadores, colegas seus de trabalho e que, “*de uma hora prá outra*” foram para a Vila São João, por exemplo, depoente se declarou

Tranqüilo... de repente a gente via passando umas casas diante das nossas e a gente dizia... “eles vão para o que é deles... porque aqui não é deles...” até então, o nosso também não era... bom apesar que tem uma coisa... a minha casa deve ter 40 anos apropriado o terreno... tinha que passar 15 anos sem vender... marcavam no contrato. Sabes quanto custou o terreno da minha casa... Cr\$ 1017, 20, que a gente pagava a prestação e Cr\$ 917,00 que a gente pagava à vista...⁶⁸

O depoente refere-se à cláusula quarta do Contrato de Compra e Venda, estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Rio Grande e o Governo do Estado, onde consta: “*As vendas serão feitas com obrigação de edificar em determinado prazo e a propriedade será inalienável pelo prazo de quinze (15) anos, salvo à Prefeitura, não podendo ser ocupada por comércio ou outros fins, se não a residência do proprietário ou dependente e não poderá ser dada em penhor ou hipoteca senão à Prefeitura*”.⁶⁹

A manifestação de Arlindo Schimidt precisa ser relativizada, uma vez que se por um lado, a conquista de um terreno próprio adquiria importância, o afastamento do ambiente de trabalho, era visto com preocupação. Na manifestação de Vladimir Guimarães, captando o sentimento de uma parcela significativa daqueles que conviveram intensamente com os moradores do Cedros, acabam percebendo um pouco da tristeza sentida por estas pessoas,

Me lembro... me lembro deles levantando as casas aí. Me lembro da tristeza que dava isto nas pessoas... o cara gostava de morar aqui... nem que ele fosse morar em lugares melhores... mas dava tristeza, o pessoal era arraigado com o lugar aqui. O pessoal gostava muito do local que mora... e todo o tempo eu morei perto do Porto e dava tristeza. Eles levantavam as casa e botavam nuns triângulos e atravessavam a cidade e iam primeiro até aquela volta da Profilurb e depois iam prá Santa Rosa... era uma tristeza...⁷⁰

Em correspondência enviada ao Diretor Geral do Departamento Estadual de Portos Rios e Canais, o Administrador do Porto de Rio Grande, destaca o interesse manifestado pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, visando solução urbanística à situação então existente na Vila do Cedro⁷¹, “*invadido em época anteriores, motivando a existência de milhares de malocas, carente das mais rudimentares condições de habitação, tornando-se*

⁶⁸ Depoimento de Arlindo Schimidt.

⁶⁹ Cf. Escritura de venda que faz o GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL à PREFEITURA MUNICIPAL, sob número 343. Rio Grande, 18.10.1950.

⁷⁰ Depoimento de Vladimir Guimarães.

⁷¹ Tal episódio, evidencia as “preocupações” do Poder Público.

*conseqüentemente, o mais grave problema com que se defronta o Govêrno da Comuna há cêrca de trinta (30) anos...”*⁷²

Esta correspondência evidencia que o “problema” existe enquanto preocupação social, desde o início da década de 40. A questão das “malocas” aparece anteriormente, por ocasião da assinatura do Contrato de Compra e Venda, estabelecido entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, na Cláusula Sexta onde “*A Prefeitura se obriga a remover as malócas existentes e executar de sua conta as obras de urbanização que forem necessárias, no que se refere à área de terreno de que é objeto a presente transação*”.⁷³

Isto carrega um discurso contundente, que coloca o progresso e desenvolvimento do Porto e conseqüentemente da cidade, em primeiro lugar, na medida em que as remoções aconteciam com o objetivo de “*atender futuras solicitações de outras indústrias que desejam se localizar junto ao Porto Novo, a Administração passou a remover as casas de estranhos que haviam ocupado a área, conhecida como “Vila do Cedro”*”.⁷⁴

*Outrossim, cumpre-nos comunicar-lhe que a Prefeitura Municipal já destinou o terreno a ser ocupado por V.S^a, na Vila São João, dentro de lotes disponíveis, seguindo a ordem de inscrição de saída, assim como lhe garantirão, a Prefeitura e o DEPRC, o transporte e a mão-de-obra necessários à mudança de sua casa para o nôvo local.*⁷⁵

A execução deste programa visa à cessão de áreas desocupadas a terceiros, por arrendamento e mediante concorrência, conforme determina a Lei, para a construção de indústrias e de terminais especializados, assim como o uso diretamente pelo Poder Público para a ampliação das instalações portuárias, propiciando, assim, não só a possibilidade de emprego da mão-de-obra ociosa existente na cidade como, e principalmente, melhores condições para a realização de pavimentação e armazenagem de mercadorias que chegam ao Porto. Além disso,

*Pelo seu alto sentido sócio-econômico, cumpre-nos ressaltar, também, o programa de recuperação de áreas que está sendo levado a efeito no Terrapleno Oeste – Bairro Getúlio Vargas -, através desta Administração do Porto, cujo início se deu em meados de maio deste ano de 1971, e que se constitui na remoção de residências, habitadas por invasores, para terrenos adquiridos e cedidos gratuitamente aos mesmos, devidamente escriturados e em excelentes condições de habitabilidade e higiene, o que não se verificava antes.*⁷⁶

⁷² Rio Grande, 26 de junho de 1970. (Processo 2396/70)

⁷³ Cf. Escritura de venda que faz o GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL à PREFEITURA MUNICIPAL, sob número 343. Rio Grande, 18.10.1950.

⁷⁴ DEPRC. Relatório do exercício de 1971, fl. 21.

⁷⁵ Cf. Notificação entregue aos moradores/invasores de casas.

⁷⁶ Idem.

O recurso financeiro para a aquisição dos terrenos destinados à localização das moradias removidas, foi doado pela SAMRIG⁷⁷ à SORAN – Sociedade Riograndina de Auxílio aos Necessitados -, encarregando-se esta da compra e pagamento das escrituras.

Alguns episódios, durante a remoção das casas, merecem ênfase, particularmente aqueles ligados a remoção em si e suas dificuldades, sobretudo a quebra de equipamentos, a estrutura “apodrecida” das casas que “*ao serem levantadas, se desfazem, devido às péssimas condições que se encontram*”⁷⁸, e o acesso a elas, em especial a questão do lodo formado em períodos chuvosos. Nesta terceira etapa, os serviços foram redobrados, tendo em vista que grande parte das casas removidas encontravam-se em péssimo estado, necessitando de reparos. Tais reparos foram possíveis “*pela valiosa cooperação que recebemos da Agência Loyde Brasileiro, desta cidade, que nos doou uma quantidade apreciável de páus (Pinho de Riga), vindos pelo navio “MINOAN BULL”, que descarregou trilhos neste Pôrto.*”⁷⁹

Nestes relatórios, eram comuns referências às dificuldades do terreno, assim como na preparação para a remoção das casas. O lodo, por exemplo, aparece como “*inimigo inseparável, que se faz mais presente do que nunca, aliado a grande quantidade de água que encontramos debaixo das casas removidas*”.

As dificuldades enfrentadas vinculam-se ao fato de que os serviços foram “*tôdos executados pelo nosso pessoal, desde o levantamento da casa, até a sua completa restauração em terrenos próprios ou doados na Vila São João, sem contar em várias casas que se desfizeram, devido as suas péssimas condições, mas foram completamente reconstruídas, pela equipe de carpinteiros que organizamos, para tais serviços.*”⁸⁰

Visando minorar estes problemas, a equipe encarregada pela Remoção das Casas, buscou o aproveitamento de material usado, pertencente ao DEPREC “*o material que pretendemos usar, são tábuas de fôrro do Armazém e telhas de zinco, inaproveitáveis para os serviços do Pôrto, tendo em vista o mal estado do citado material*”.⁸¹

A lentidão na remoção das “boites” merece ser acentuada. No dia 1º de abril de 1972, consta do relatório de remoção: “*Continuação dos serviços na Boite “Barcelona”. No transporte da referida Boite, partiu o eixo do aparelho transportador, ficando um dia parada*

⁷⁷ “Já estão desocupados dois quarteirões, um dos quais já arrendado e ocupado pela SAMRIG, e o outro deverá ser ocupado por armazém a ser construído pela APRG”. Cf. RELATÓRIO, 1971, fl. 21.

⁷⁸ Of. 03/71, 26 de julho de 1971.

⁷⁹ 3ª Etapa. Cf. Of. 08/72, de 15.01.1972.

⁸⁰ Of. 05/71, 5 de agosto de 1971.

na Avenida Pedro II, até que a secção de motores terminasse o serviço de solda e substituição do referido eixo”.⁸²

Na verdade, o serviço de remoção da Boite “**Barcelona**”, de propriedade de Carmem Sá Padilha para a Vila Frederico Ernesto Buchholz, teve início no dia 28 de março e só foi concluído no dia 02 de abril de 1972. Neste mesmo período foram transportadas outras “**Boites**”, todas estas localizadas na Avenida Honório Bicalho entre estas, “**Bolero**” (132), “**Atlântico**” (140), “**Sul América**” (144), “**O.K.**” (146), “**Peruvian**” (148), “**Happy Sailor**” (150), “**Copacabana**” (162), “**Barcelona**” (170), “**48**” (172).

Aparecem também, episódios chocantes, como a morte de um menino durante a remoção de uma destas casas. “*Neste dia, [30.11.1972] não trabalhamos pelo motivo do lamentável acidente ocorrido no transporte de uma das casas, para a Vila F.E. Buchholz, onde perdeu a vida, um menino de nove anos, que imprudentemente, rabujava a casa que transportávamos pela Rua 1º de Maio, nas imediações do Parque*”.⁸³

É importante destacar o significado que a relação Porto/Cedro/Rio Grande possui para muitos de seus moradores e/ou ex-moradores, como fica explícito no depoimento a seguir, ocasião em que manifesta-se sobre a relação Porto/Cedro e da possibilidade de existir o Porto sem o Cedro e vice-versa:

Não pode existir... Então eu acho que não poderia existir uma coisa sem a outra. Ficaria aquela zona toda sem nada? Não acredito... já mexeram em casas... tiraram ali prá trazer outras zonas... prá fazer esses Silos, armazéns ali, mas o núcleo continua... não vai ter como eles mexer, vai ficar eternamente. Mas ainda tem na volta... ainda... dos armazéns... as casinhas... as maloquinhas vão se formando de novo... é uma luta eterna aquilo ali...⁸⁴

Ao se referir ao fato de que “*as maloquinhas vão se formando de novo...*”, depoente se refere a novo processo de ocupação do Bairro, desta feita nas proximidades da Refinaria de Petróleo Ipiranga. A intervenção da administração municipal, na tentativa de “solucionar” o problema, ocorreu apenas no final de 1999.

⁸¹ Of. 03/71, 26 de julho de 1971.

⁸² Cf. Correspondência entre Responsável pela remoção das casas e Administração do Direção do Porto do Rio Grande.

⁸³ Anexo ao Of. 10/72. Rio Grande, 11 de abril de 1972.

⁸⁴ Depoimento de Nadir Alves de Oliveira.